

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: A ARQUEOLOGIA DO DEBATE E A CONTRIBUIÇÃO ORIGINAL DE CELSO FURTADO

Aloisio Teixeira

1 DO OBJETO E DOS CAMINHOS A SEREM TRILHADOS

O texto que apresentamos a seguir tem por finalidade explorar algumas ideias relacionadas ao início do debate sobre os temas do desenvolvimento econômico, partindo da hipótese de que esse campo da teoria econômica ganhou identidade e vida própria no período posterior à Segunda Guerra Mundial. O texto pretende também examinar a primeira contribuição de Celso Furtado para esse debate, formulada no início dos anos 1950, pelo menos seis anos antes, portanto, de seu clássico *Formação Econômica do Brasil (FEB)*, com o qual transformaria radicalmente o escopo e o método de pesquisa sobre a economia e a história econômica brasileira.

Como não poderia deixar de ser, a teoria do desenvolvimento econômico tem a sua proto-história, que remonta à chamada economia política clássica.¹ Mas, como foi dito linhas acima, esse campo da ciência econômica ganha nova dimensão e importância – tanto em seus aspectos teóricos como em seus aspectos políticos – no período que vai do imediato pós-Segunda Grande Guerra até o advento do chamado “primeiro choque do petróleo”, cobrindo um intervalo de tempo de quase 30 anos. Essas três décadas caracterizaram-se pelas elevadas taxas de crescimento para o conjunto dos países e, em particular, para as economias capitalistas avançadas – resultado esse que pode ser verificado empiricamente, qualquer que seja o critério de comparação e quaisquer que sejam os períodos com os quais se compare. No centro desse amplo movimento de expansão esteve o setor industrial, cujo ritmo de crescimento praticamente dobrou em relação à primeira metade do século XX.²

1. Os interessados no tema podem consultar Malta (2005).

2. De acordo com o estudo da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) de 1979, entre 1900 e 1950, a taxa média de crescimento da indústria de transformação foi de 2,8%, enquanto nos 25 anos seguintes elevou-se para 6,1%. Ver Fajnzylber (1981, p. 6).

Como não poderia deixar de ser, o impacto de um crescimento tão intenso, e por um intervalo de tempo tão longo, imprimiu marcas profundas em todos os aspectos da vida social. Antes de mais nada, a expansão trouxe consigo modificações na estrutura do emprego e na distribuição da força de trabalho, no investimento e no comércio, na tecnologia e na organização industrial, bem como nas práticas gerenciais, acarretando o que se costumava denominar “mudança estrutural”.

Também como não poderia deixar de ser, essa prolongada fase expansiva da economia mundial despertou, no plano da consciência, a atenção e o interesse pelo processo em curso como problema teórico. Surge, assim, uma vasta literatura versando sobre os problemas de crescimento (*growth*), desenvolvimento (*development*) e industrialização (*industrialization*). Se a literatura sobre industrialização é mais específica – e não será tratada neste texto – a fronteira entre crescimento e desenvolvimento é bem mais tênue. Tanto que um clássico do debate sobre desenvolvimento – o celebrado *A Economia Política do Desenvolvimento* de Paul Baran, publicado em 1957 – teve como título original *The Political Economy of Growth*.

De qualquer forma, tudo isso mostrava uma ruptura radical com a temática que havia prevalecido nos períodos anteriores, quando a agenda de debates contemplava questões como ciclo econômico, crises e conceitos como os de maturidade e estagnação nas economias capitalistas. Muitos dos autores, inclusive, que enveredaram pela nova temática, na passagem dos anos 1950 para 1960, certamente influenciados pelas condições excepcionais da época, chegaram a considerar ultrapassada a noção de ciclo econômico, imaginando que esse extraordinário desempenho era manifestação de uma tendência a longo prazo, na qual prevaleceriam novos mecanismos de crescimento, dotados de propriedades distintas das do período do entreguerras ou mesmo do que antecede à Primeira Guerra Mundial.

As razões objetivas que levaram a essa reviravolta na agenda do debate têm sido, elas mesmas, examinadas pela literatura, havendo uma grande convergência na explicitação das motivações, independente de como os autores se situam no espectro teórico-ideológico. Um estudioso de teoria do desenvolvimento, de formação convencional, como Henry J. Bruton, por exemplo, em artigo cuja versão original é de 1957, apontava três ordens de fatores que, a seu ver, explicariam a preocupação com os problemas do crescimento, em voga na época. Diz ele:

Em primeiro lugar, a evidência acumulada que levou muitos economistas a acreditar que os países da Europa Ocidental e os Estados Unidos alcançaram um estágio de maturidade tal que o desemprego em larga escala era um problema crônico, maior que a perturbação periódica. Em grande medida, a *Teoria Geral* de Keynes pode ser considerada como constituindo uma explicação teórica para a proposição de que é possível para uma economia declinar e tornar-se incapaz de gerar um nível de atividade suficientemente alto

para evitar o desemprego involuntário. Assim, embora a teoria de Keynes seja “estática e de curto prazo”, descreve um fenômeno com numerosas implicações a longo prazo. O esforço, portanto, de “dinamizar Keynes” levou ao interesse pelas propriedades formais da teoria do crescimento.

O segundo evento (...) tem a ver com o reconhecimento de que uma grande parte da população mundial é forçada a viver em condições de extrema pobreza econômica. A partir dessa consciência e das grandes dificuldades criadas para esses assim chamados países subdesenvolvidos pelas condições de depressão dos anos 30 e pela II Guerra Mundial, surgiu uma demanda por programas e políticas que pudessem melhorar o bem-estar econômico da população desses países. Formular tais programas e políticas requer o conhecimento dos processos do crescimento econômico, ou seja, uma teoria do crescimento econômico.

O terceiro evento (...) é o surgimento da União Soviética como potência mundial, e o conflito entre ela e os países ocidentais. Considerações políticas têm levado, portanto, a questões relativas a taxas de crescimento para economias como um todo e para setores específicos, em passado recente, e a perspectivas para crescimento futuro (BRUTON, 1960, p. 240).

Outro autor (esse talvez mais conhecido entre nós), Amartya Sen, apontou, alguns anos depois, razões semelhantes, ainda que com uma visão mais “otimista”:

O interesse no crescimento reviveu, primeiro lentamente, e depois por pulos e saltos. Isto foi, em grande medida, o resultado de uma imensa preocupação prática com o crescimento depois da II Guerra Mundial. As economias destruídas pela guerra estavam tentando reconstruir-se rapidamente, os países subdesenvolvidos estavam procurando iniciar o desenvolvimento econômico, os países capitalistas avançados, relativamente livres dos colapsos periódicos, estavam tentando concentrar-se na elevação da taxa de crescimento a longo prazo e os países socialistas estavam decididos a alcançar as economias capitalistas mais ricas através de uma rápida expansão econômica. O crescimento era a preocupação de todos e não é surpreendente que, nesse quadro, a teoria do crescimento tenha atraído a atenção dos economistas (SEN, 1970, p. 9).

Na outra extremidade do espectro teórico-ideológico, podemos fazer referência a Paul Baran, que nos diz em sua obra clássica:

A guerra e os anos de prosperidade do pós-guerra eliminaram toda preocupação keynesiana com acumulação excessiva de capital, com a deficiência da procura efetiva. Tudo se combinava, então, para criar um enorme mercado para a empresa capitalista: os recursos necessários à reconstrução, a satisfação da procura diferida das empresas e dos consumidores, a urgência de conversão, para fins produtivos, das inovações tecnológicas desenvolvidas durante a guerra freqüentemente em conexão com ela (BARAN, 1964, p. 59).

2 DA ARQUEOLOGIA DO DEBATE³

Retomemos o esquema de Bruton. Por ele podemos constatar que cada um dos eventos citados dá origem a uma linha de interesses sobre conjuntos diversos de

3. Ideias semelhantes às que serão apresentadas nesta seção foram expostas pelo autor há alguns anos, em sua dissertação de mestrado. Ver Teixeira (1983).

problemas, que vão formar campos específicos de análise. Assim, se o primeiro levava ao “interesse pelas propriedades formais do crescimento”, nas palavras do próprio autor, o segundo daria origem aos estudos sobre desenvolvimento e atraso.⁴

O ponto de partida para os trabalhos ligados ao primeiro evento foram, incontestavelmente, os artigos de Harrod (1939, 1948) e Domar (1946), nos quais se discutem os problemas e as possibilidades do crescimento equilibrado. Só que, enquanto Harrod está mais voltado para os temas relacionados à instabilidade *versus* estabilidade (*steady state*), Domar persegue as condições do equilíbrio dinâmico. De qualquer forma, é desses textos que tem início uma série interminável de estudos sobre o tema⁵ – de corte keynesiano uns, neoclássico outros. O problema em relação a esses trabalhos – problema que os tornava de pouca utilidade para a construção de uma verdadeira teoria do desenvolvimento – é que seus autores só se preocupavam com as condições analíticas do crescimento equilibrado, formulando hipóteses com base na estabilidade de parâmetros tais como distribuição funcional da renda, relação capital-produto ou ainda relação capital-trabalho (progresso técnico neutro). Tais relações, no entanto, só se mantêm estáveis se não ocorrer crescimento vigoroso, em particular da indústria; caso ocorra, o que é próprio dos processos de arrancada para o desenvolvimento, é inexorável que seja acompanhado por transformações estruturais que alteram justamente esses parâmetros. Não é por acaso que os estudos empíricos referidos por Kaldor (1966) e outros autores referem-se sempre a períodos de lento crescimento de economias maduras, como os Estados Unidos e a Inglaterra, antes de 1950.

Uma outra vertente da teoria do crescimento, menos preocupada com a questão de sua formalização e mais com as condições para a “arrancada” em direção à industrialização, tem origem com o conceito de *big push*, de Rosenstein-Rodan (1943), elaborado inicialmente para o exame das economias da Europa Oriental e Sul-Oriental e, posteriormente, desenvolvido na reunião da International Economic Association, realizada no Rio de Janeiro em 1957 (ver ROSENSTEIN-RODAN, 1961). A ideia de Rosenstein-Rodan é que os países atrasados precisavam de um “grande impulso” (*big push*) inicial de investimento industrial, para poder vencer as barreiras do atraso e ingressar numa fase de crescimento equilibrado e autossustentado. Para ele, investimentos em uma indústria isolada não dariam resultado,

4. O terceiro evento, que teve a ver com a divisão do mundo em blocos ideologicamente antagônicos, trouxe importantes consequências, tanto no plano econômico, relacionadas à “solidariedade” do crescimento dos países capitalistas mais avançados, quanto no plano político, fazendo com que, a despeito da intensificação da concorrência, as rivalidades políticas tendessem a diminuir. As características estruturais do processo de transnacionalização que se inicia promoveriam, ademais, a unificação dos mercados e a convergência dos padrões tecnológicos.

5. Uma boa coletânea contendo os principais textos sobre o tema encontra-se em Sen (1970).

dadas as dimensões reduzidas do mercado para seu produto. O nível de demanda adequado só seria alcançado se várias indústrias se expandissem simultaneamente, mediante um “grande impulso” de investimento, gerando renda simultaneamente em diversos setores para que a demanda pelo produto de qualquer indústria, isoladamente considerada, pudesse ser sustentada.

Essa mesma ideia foi retomada por Nurkse (1951, p. 31) ao definir as condições para o crescimento equilibrado. Disse ele:

A produtividade técnica e física do capital somente pode ser realizada, em termos econômicos, por meio de um *crescimento equilibrado*, de uma ampliação conjunta do tamanho do mercado, criando economias externas que possibilitem alta produtividade social do capital, ainda que, para qualquer empreendimento isolado, as perspectivas de lucro possam desencorajar bastante, ou, de qualquer modo, encorajar tão insuficientemente a ponto de não tornar compensadora a instalação de equipamento melhor e mais abundante.⁶

Tais ideias foram objeto de críticas demolidoras, formuladas por diversos economistas, entre eles Furtado (1952)⁷ e Fleming (1969). Mas foi Albert Hirschman que, em oposição à concepção do crescimento equilibrado, formulou a teoria do crescimento não equilibrado (HIRSCHMAN, 1958, 1976). Hirschman chama a atenção para algumas características relevantes da estrutura e da dinâmica industriais, antes de mais nada para o fato de que nem todas as indústrias produzem bens para uso final, sendo algumas fornecedoras de outras. Em decorrência, estabelecem-se relações de encadeamento intersetorial na estrutura industrial, que fazem com que o desenvolvimento possa ser acelerado através de investimentos em projetos e indústrias com fortes repercussões em cadeia, para trás e para frente. Com isso, a expansão do(s) setor(es) líder(es) cria, ao mesmo tempo, novas oportunidades e novos estrangulamentos, induzindo ondas secundárias de investimento e dando origem a trajetórias de desenvolvimento não equilibrado.⁸

6. Esse texto é a transcrição das seis conferências proferidas pelo autor no Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), entre julho e agosto de 1951.

A passagem citada, que mais parece uma reafirmação da Lei de Say, é desenvolvida pelo autor, no mesmo texto, quando chama em seu apoio nada mais nada menos do que o famoso *Essays in some Unsettled Questions of Political Economy*, de John Stuart Mill: “Nada é mais verdadeiro do que se dizer que é o produto que constitui mercado para a produção, e que cada aumento da produção, se distribuído sem erro entre todas as espécies de produto, na proporção que os interesses privados ditariam, cria, ou melhor, constitui a sua própria procura” (NURKSE, 1951, p. 23, nota 2).

7. Esse texto de Celso Furtado será examinado mais adiante, pois é considerado aqui sua primeira contribuição relevante para o debate da teoria do desenvolvimento.

8. A obra de Sventnilson (1954) sobre o entreguerras poderia ser considerada uma contribuição a esse debate, já que se apoia em um esquema analítico bem próximo ao de Hirschman. Sventnilson leva em conta os efeitos da complementaridade entre os setores, mas – o que talvez explique sua não inclusão entre os teóricos do desenvolvimento – realiza uma análise histórica essencialmente empírica, sem construir modelos explicativos abstratos. Ele examina as tendências de desenvolvimento da economia europeia no marco geral da industrialização mundial, sem adotar a ideia de que o todo é a soma das partes.

Como já observamos, tênue é a fronteira que separa o âmbito analítico das teorias do crescimento (*growth*) das teorias do desenvolvimento (*development*). Se tomarmos o esquema de Bruton, as teorias do crescimento estariam mais próximas do primeiro evento, enquanto as do desenvolvimento, do segundo. Mesmo assim, e com o risco de simplificação, a literatura específica sobre desenvolvimento também ampliou-se no período, tendo sido produzida tanto no centro como na periferia, com destaque para os trabalhos da Cepal. Voltaremos a isso em breve.

Por enquanto, tomemos apenas um autor como exemplo: Paul Baran. O exemplo é escolhido não tanto por fornecer um paradigma de análise que pudesse ser generalizado, mas pela influência que exerceu no esforço de formulação de uma variante radical para a teoria do crescimento – ou do desenvolvimento.⁹ Baran, no entanto, não vai muito além da contribuição dos pensadores ortodoxos sobre o assunto, pois, também para ele, a superação das barreiras do atraso e do subdesenvolvimento exigiria injeções de capital. A novidade em sua análise é destacar o fato de que as características sociais e políticas dos países atrasados, bem como as relações que os países centrais mantinham com eles (de natureza tipicamente imperialista) tornavam inadequados e improdutivos os investimentos realizados. Óbvia conclusão se impunha: sem revolução social não poderia haver crescimento econômico nos países atrasados.

Para encerrar esta seção, vale uma observação sobre um outro campo em que a experiência do crescimento econômico produziu textos e polêmicas – o da teoria pura do comércio internacional.¹⁰ O ponto de partida para esse renovado interesse talvez tenham sido os artigos de Samuelson (1948, 1949) sobre o comércio internacional e a equalização dos preços dos fatores. A ideia apresentada nesses textos vai muito além das proposições da teoria clássica – seja na versão “ricardiana”, seja na do teorema de Heckscher-Ohlin – pois, enquanto essa se limitava a afirmar que o comércio poderia acarretar vantagens mútuas para todos os países que dele participassem, Samuelson afirma que o livre comércio pode equalizar não somente os preços relativos, mas os fatores determinantes dos preços absolutos nos vários países que mantenham relações comerciais entre si. Seu argumento é que, respeitadas certas condições (entre as quais ausência de mobilidade de fatores e custo zero de transporte), o comércio poderia funcionar como substituto perfeito para o movimento dos fatores de produção através das fronteiras nacionais.

9. A ambiguidade se justifica, pois, como observamos linhas atrás, o livro de Baran, intitulado *The Political Economy of Growth*, foi traduzido no Brasil como *A Economia Política do Desenvolvimento*.

10. Vale observar que também aqui razões objetivas poderiam ser apontadas para a redobrada atenção com a teoria do comércio internacional. O período de crescimento da economia mundial que se inicia após a Segunda Guerra Mundial, com a reestruturação produtiva que o acompanhou, ensejou o surgimento de uma nova divisão internacional do trabalho entre os centros, com profundas consequências para a periferia.

Tais conclusões – ainda que apresentadas com a necessária ressalva quanto à natureza irrealista das hipóteses em que se assentavam – desencadearam intensa polêmica. Talvez o primeiro a dar-lhe combate tenha sido Raúl Prebisch, em célebre artigo que serviu de base para o *Estudio Económico de America Latina* de 1949, espécie de marco inaugural da escola da Cepal. Também Nurkse, a quem já fizemos referência, entrou na disputa com seu estudo sobre os efeitos da mudança no padrão de comércio decorrente da transferência do centro dinâmico da economia mundial da Inglaterra para os Estados Unidos.

A originalidade da contribuição de Prebisch consistiu em mostrar que a divisão internacional do trabalho e as relações centro-periferia, a ela associadas, impedem uma distribuição igualitária dos ganhos do comércio. O centro do argumento de Prebisch reside em sua análise da deterioração dos termos de troca, o que explica a desigualdade tanto da difusão do progresso técnico quanto da distribuição de seus benefícios.¹¹

De qualquer forma, tanto a vertente do crescimento quanto a do comércio internacional significaram um esforço da escola anglo-saxônica para preencher o vazio teórico e estabelecer paradigmas para o problema do crescimento e do bem-estar. O crescimento econômico dependeria essencialmente de *injeções de capital* em doses apropriadas, não interessando, obviamente, se a origem desse capital seria interna ou externa; a pergunta sobre os atores sociais que poderiam promover a mudança não era sequer colocada, que dirá respondida.

Mesmo a contribuição dos economistas da Cepal – que vai muito além de meras recomendações de políticas protecionistas para contornar o problema da deterioração dos termos de troca – permanecerá inicialmente prisioneira desse modo de ver. Tanto que toda uma geração de planejadores e de funcionários de organismos internacionais passou a crer na possibilidade de se manipular a *propensão a poupar* e a *relação capital-produto*, permanecendo nessa convicção por um tempo espantosamente longo.

Como a realidade desconhece os impasses da teoria, a história seguiu seu curso e crescimento e mudanças ocorreram, tendo no centro de seu movimento expansivo a dinâmica do setor industrial. A forte correlação entre crescimento e industrialização, bem como a ligação de ambos com o processo de transformação social, ficou mais uma vez evidente – confirmando o que os economistas clássicos já sabiam há 150 anos. Por isso, nos anos 1960 do século passado, a preocupação analítica deslocou-se

11. Não cabe, nos limites deste capítulo, uma descrição detalhada das teorias de Prebisch e da Cepal sobre o assunto, mas a referência é obrigatória, porque será daqui que Furtado desenvolverá seus argumentos.

para os processos de industrialização.¹² A natureza essencial desse processo, no entanto – enquanto parte de um movimento geral de expansão internacional do capital, com características diferentes dos de épocas anteriores – só ficou clara anos mais tarde, particularmente a partir dos trabalhos de Stephen Hymer.¹³

Furtado acompanhou todo esse debate e nele teve um papel relevante.

3 A CONTRIBUIÇÃO ORIGINÁRIA DE CELSO FURTADO

O texto de Celso Furtado que nos propomos a comentar – e que chamamos de sua contribuição originária ao debate sobre desenvolvimento econômico – situa-se no meio dessa caminhada. Ele foi de fato o seu primeiro texto de circulação internacional, antecedendo em alguns anos *FEB*, livro que transformaria radicalmente o escopo e o método da pesquisa sobre economia e história econômica brasileira. *FEB*, como se sabe, foi escrito em Cambridge, onde Furtado passou o ano letivo de 1957-1958, a convite de Nicholas Kaldor. Foi publicado pela primeira vez na *Revista Brasileira de Economia*, em setembro de 1952, traduzido para o inglês e republicado pelo *International Economic Papers*, em 1954 (periódico da International Economic Association). Trata-se, na verdade, de um comentário às seis conferências pronunciadas por Ragnar Nurkse, da Universidade de Columbia, no Ibre, em julho e agosto de 1951.¹⁴

Vale lembrar, também, que, quando escreveu esses seus comentários, Celso Furtado já se tornara um economista importante, tendo defendido sua tese de doutoramento na Universidade de Paris (*L'économie Coloniale Brésilienne*, em 1948), já participava do grupo de colaboradores da revista *Conjuntura Econômica* (junto com Américo Barbosa de Oliveira e com o economista austríaco Richard Lewinsohn) e se integrara ao corpo permanente de economistas da Organização das Nações Unidas (ONU), servindo à recém-criada Cepal, da qual foi nomeado diretor da Divisão de Desenvolvimento por Raúl Prebisch. Também já participara da elaboração do *Estúdio Econômico para América Latina*, de 1949, em que redigiu a seção dedicada ao Brasil, e já publicara seu primeiro ensaio de análise econômica, Características Gerais da Economia Brasileira, na *Revista Brasileira de Economia* (março de 1950).

12. Não se pense que, na periferia, isso não ocorreu sem forte resistência, tanto política como teórica. Não bastasse a produção interna da corrente liberal-conservadora, capitaneada por Eugênio Gudin e Octávio Gouveia de Bulhões, o reforço externo sempre se fazia presente. Ver, por exemplo, as conferências de Vinner na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 1953, nas quais nega a suposta necessidade da industrialização para se conseguir aumentos de renda. Ver Vinner (1969).

13. Stephen Herbert Hymer (1934-1974) foi um economista canadense, de formação marxista, que morreu precocemente em um acidente de carro. Suas pesquisas tiveram por objeto as transformações do capitalismo, a partir da expansão das empresas multinacionais. As ideias de Hymer influenciaram muitos economistas, como Dunning e outros. Ver Hymer (1973, 1978, 1979) e Hymer e Rowthorn (1970).

14. As conferências de Nurkse foram publicadas em dezembro de 1951 pela *Revista Brasileira de Economia*.

Cabe ainda observar que, no momento em que o texto é apresentado, não havia começado a grande onda de investimento direto externo na economia brasileira – que só viria a ocorrer na segunda metade dos anos 1950 do século passado. O país que se oferece ao olhar de Furtado é o que havia evoluído de um “desenvolvimento para fora” a um “desenvolvimento para dentro”, nas condições históricas da Crise de 1929 e da Segunda Guerra Mundial.

Em seu artigo aqui examinado, Celso Furtado se propõe a analisar três pontos abordados por Nurkse: “ (...) primeiramente a teoria do desenvolvimento econômico; em segundo lugar, o problema das relações entre a propensão a consumir e a intensidade do desenvolvimento, e finalmente a questão dos efeitos das inversões sobre o balanço de pagamentos” (FURTADO, 1952, p. 315). Os três pontos, entretanto, encontram-se inter-relacionados de tal forma que permitem a Furtado apresentar uma visão inovadora das relações entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, germen de toda sua formulação futura. Conforme veremos, ao fazê-lo, constrói a perspectiva analítica que perpassará toda sua obra posteriormente, em particular *FEB*.

Para Furtado, “Nurkse aborda a teoria do desenvolvimento econômico dentro de um quadro geral do pensamento de Schumpeter” (FURTADO, 1952, p. 317). Mas destaca que sua versão “é extremamente pessoal”, o que o obriga a considerar em separado a contribuição de Nurkse e a teoria schumpeteriana. O ponto de partida de Nurkse, para formular sua teoria do subdesenvolvimento, reside na questão das reduzidas dimensões do mercado, que operariam como fator limitante ao desenvolvimento econômico. Seu raciocínio se desenvolve de acordo com o seguinte esquema: o tamanho do mercado não gera incentivos para o uso de capital; o tamanho do mercado decorre da baixa produtividade; a baixa produtividade, por sua vez, é devida à pequena quantidade de capital usado na produção; e o capital é pouco usado porque o mercado é pequeno. Enfim, um perfeito círculo vicioso – identificado pelo autor ao “fluxo circular” de Schumpeter – que condenaria os países subdesenvolvidos a um estado estacionário de permanente atraso.

Celso Furtado não aceita essa hipótese; e alinha desde logo dois argumentos formais para negar sua generalidade. O primeiro pode ser resumido em uma frase: “Sempre que os países subdesenvolvidos tivessem oportunidade de realizar suas inversões com vistas ao mercado externo, o problema não existiria”(FURTADO, 1952, p. 317). Nesse caso, o problema residiria na ausência de um mercado externo em expansão, o que obrigaria o estudo a contemplar duas situações distintas: desenvolvimento com mercado externo em expansão e desenvolvimento com ausência de expansão nas trocas externas.

O segundo argumento é mais importante e está baseado na ideia de que o desenvolvimento econômico constitui um processo no qual se alcança a elevação da produtividade física *média* do fator trabalho.¹⁵ Diz-nos Furtado que o problema não é que o mercado dos países subdesenvolvidos seja pequeno, mas sim o fato de que ele “é pequeno com relação ao tipo de equipamento que se usa nos países desenvolvidos. (...) No processo de desenvolvimento dos países hoje altamente industrializados, as inovações técnicas iam sendo utilizadas sempre que economicamente se justificassem” (FURTADO, 1952, p. 318). Nos países subdesenvolvidos, as coisas não se passam assim; ao contrário, “a introdução numa comunidade primitiva de máquinas automáticas (...) significará certamente não uma baixa mas uma grande alta de custos”. Ademais, “para que num país subdesenvolvido se logre sensível aumento de produtividade, não é necessário introduzir os equipamentos mais modernos. (...) A simples abertura de uma estrada pode determinar ponderável aumento na produtividade de uma região agrícola”.

Ao adotar a produtividade *média* do trabalho (e não a produtividade *marginal*), Furtado coloca o problema em bases mais seguras. Numa economia subdesenvolvida, os processos de automação da produção podem reduzir a produtividade média, se os trabalhadores antes envolvidos no processo produtivo ficarem desempregados. E o próprio capitalista que introduzir a inovação pode ter prejuízo, se as máquinas funcionarem muito abaixo de seu ponto ótimo.

O argumento de Furtado vai muito além da contestação formal às ideias de Nurkse. Na verdade, ao distinguir a natureza específica da realidade econômica dos países atrasados, abre caminho para considerar o subdesenvolvimento não como uma etapa do desenvolvimento, mas como seu subproduto.

Para avançar na discussão, Furtado mostra que a ideia do “fluxo circular” é um recurso analítico de Schumpeter, de natureza abstrata, para explicar sua concepção do desenvolvimento econômico. Para Schumpeter (1961, p. 91), “o desenvolvimento (...) é um fenômeno à parte, inteiramente fora do que se possa observar no fluxo circulatório, ou na tendência para o equilíbrio. É transformação espontânea e descontínua das artérias do fluxo, distúrbio de equilíbrio, que altera e desloca, para sempre, o estado de equilíbrio preexistente”. Vale lembrar que essa passagem de Schumpeter encontra-se em um livro cuja primeira edição data de 1911 e cuja edição definitiva é de 1926.

Furtado cita essa passagem para acompanhar o raciocínio de Schumpeter, para quem “essas transformações espontâneas e descontínuas da artéria do fluxo

15. Como veremos adiante, Furtado se recusa a adotar o critério da produtividade marginal por considerá-lo inadequado, pelo menos às condições das economias subdesenvolvidas.

circulatório e os distúrbios do centro de equilíbrio aparecem no setor da vida industrial e comercial, não na esfera dos desejos dos consumidores de produtos finais” (SCHUMPETER, 1961, p. 91). Assim,

(...) as inovações do sistema econômico (...) não ocorrem de maneira tal que, primeiro, despertam espontaneamente novos desejos dos consumidores e, em seguida, a engrenagem produtiva gire em torno dessa pressão. (...) É o produtor quem normalmente inicia a transformação econômica e os consumidores por ele são orientados (...) (SCHUMPETER, 1961, p. 92).

Essas transformações se dão através de rupturas, pelas quais novas combinações de materiais e forças (para usar a expressão do autor austríaco)¹⁶ passam a ser utilizadas. E o agente responsável por isso são os *empreendedores*: são eles que introduzem as novas combinações, quaisquer que sejam elas – novos produtos, novos processos produtivos, novos mercados, novas matérias-primas e nova organização da indústria.

Furtado (1952, p. 321) não desqualifica a contribuição de Schumpeter; ao contrário, reconhece que “o conceito de ‘novas combinações’ é certamente a contribuição mais interessante da teoria de Schumpeter”. Mas põe em dúvida sua utilização para dar conta dos fenômenos e processos que caracterizam as economias subdesenvolvidas. Para isso, pergunta-se quais os “fatores que contribuem para que exista tal classe em nossa sociedade”. Para ele, a teoria do desenvolvimento vai além das análises que a teoria econômica permite. Diz, inclusive: “A análise econômica não nos pode dizer por que uma sociedade se desenvolve e a que agentes sociais se deve esse processo” (FURTADO, 1952, p. 321). Na verdade, “o problema do desenvolvimento econômico é um aspecto do problema geral em nossa sociedade, e não poderá ser totalmente compreendido se não se lhe devolve o conteúdo histórico” (FURTADO, 1952, p. 320). Para entender o surgimento de uma classe capitalista de *empreendedores*, bem como todo o processo de transformação social ocorrido no velho continente, “seria necessário considerar todo o complexo cultural que se formou na Europa, com seus elementos de racionalidade, sua mobilidade social, sua escala de prestígio em grande parte refletindo a escala da riqueza pessoal (...)” (FURTADO, 1952, p. 320).

A conclusão de Furtado é clara: “A simplificação schumpeteriana por um lado nos afasta do verdadeiro problema econômico do desenvolvimento e, por outro, de muito pouco nos serve como explicação geral do fenômeno” (FURTADO, 1952, p. 320). A crítica se estende a Nurkse, que conclui pela necessidade de um grande

16. “Produzir significa combinar materiais e forças ao nosso alcance. (...) O desenvolvimento, segundo a nossa aceção, (...) se define como o levar avante novas combinações” (SCHUMPETER, 1961, p. 92-93).

número de investimentos simultâneos – uma reedição do *big push*, de Rosenstein-Rodan – para romper o ciclo vicioso do subdesenvolvimento e do atraso. Para Furtado, a formulação de Nurkse elide a questão central do desenvolvimento em economias subdesenvolvidas, pois, para essas economias, “começar um processo de desenvolvimento com seus próprios recursos e pela ação espontânea de seus próprios empresários é, para usar uma frase corrente, como levantar-se pelos próprios cabelos” (FURTADO, 1952, p. 320).

E em que reside a questão central do desenvolvimento e em que difere esse conceito em Schumpeter e em Furtado? Tudo se resume em observar que o problema de Schumpeter residia em explicar por que a realidade econômica é um processo em contínua transformação e não uma eterna repetição de si mesmo. Seu objeto são as economias capitalistas desenvolvidas e por isso ele parte do “fluxo circular” – mero recurso analítico, como dissemos – em que vigora um estado estacionário, para explicitar as condições em que o equilíbrio é rompido. Já o problema de Furtado é de outra natureza: “O objetivo da teoria do desenvolvimento econômico (...) não é explicar por que a economia está mudando permanentemente, e sim como em nossa economia o fator trabalho vai progressivamente aumentando sua produtividade” (FURTADO, 1951, p. 321).

Há um outro ponto em que a análise de Furtado afasta-se de Schumpeter (e, portanto, de Nurkse). É que para Schumpeter, o “desenvolvimento”, entendido como mudanças no processo de produção, ocorre essencialmente em virtude da introdução de inovações – e isso se dá no interior dos processos existentes, pela nova combinação de fatores existentes, ainda que em geral esse processo seja levado adiante por novas firmas e não pelas antigas. Para Furtado, ao contrário, isso é impossível em economias subdesenvolvidas, dada a fragilidade da base capitalista inicial. O círculo vicioso do atraso, para ele, “quase sempre é quebrado pela ação de fatores externos” (FURTADO, 1951, p. 322). E, mais adiante: “(...) o impulso inicial para ultrapassar essas dificuldades [decorrentes do atraso inicial] veio historicamente de fora da comunidade” (FURTADO, 1951, p. 324).¹⁷

A prioridade concedida aos fatores externos para a superação do subdesenvolvimento explica a importância concedida por Furtado aos outros dois aspectos das conferências de Nurkse que examina: as relações entre propensão a consumir e desenvolvimento e os efeitos do investimento sobre o balanço de pagamentos.

17. Furtado (*ibidem*, p. 324, nota 7) faz referência a Henri Pirenne para mostrar que, na Europa, a passagem para uma economia de crescimento se deveu ao comércio imposto pelos levantinos às cidades costeiras da Itália e do Sul da França; depois de iniciado, o processo se propagou ao resto do continente, através dos grandes rios, trazendo divisão do trabalho, aumento de produtividade e acumulação de capital. Furtado não leva em conta os estudos de Marx sobre a acumulação primitiva na Inglaterra, com a ênfase no cercamento dos campos e na expropriação dos camponeses, dando margem à formação do arrendatário capitalista e do mercado interno para o capital industrial (ver MARX, 2001, p. 825 e seguintes).

O argumento de Furtado se desenvolve da seguinte maneira: o impulso externo beneficia inicialmente os setores ligados ao comércio exterior, proporcionando um aumento dos lucros, os quais, caso esse impulso seja persistente, serão reinvestidos, aumentando a produção; a acumulação de capital traz consigo melhorias técnicas e, portanto, aumento da produtividade social média, pela liberação dos demais fatores e sua absorção em outros setores. O processo tende a se autossustentar, pois, na medida em que aumenta a produtividade, cresce a renda real e a demanda se diversifica, abrindo novas frentes de investimento; e à medida que cresce a procura por mão de obra os salários reais também tendem a crescer.

A forma, no entanto, como evolui a demanda é fundamental para a continuidade do processo. Alerta-nos Furtado (1952, p. 326): “Se os aumentos da renda se concentram totalmente em mãos de pequenos grupos fechados, o processo de desenvolvimento, iniciado por pressão externa, não criará dentro da economia reações que tendam a intensificá-lo”. Essa preocupação leva nosso autor ao ponto seguinte de sua análise, que diz respeito exatamente à relação entre as propensões a consumir e a poupar.

A questão para ele é que a população dos países mais pobres tende a imitar os padrões de consumo dos países mais ricos, fazendo com que a propensão a poupar se reduza e, em consequência, o próprio ritmo de crescimento daqueles países, acentuando a disparidade de renda real entre países ricos e pobres. Isso explicaria porque

(...) o processo de desenvolvimento dos países atualmente subdesenvolvidos não pode alcançar espontaneamente seu ritmo ótimo. A tendência a aumentar a propensão a consumir, resultante das disparidades internacionais de renda real, determina redução progressiva no ritmo do crescimento espontâneo dos países que ficaram atrasados no processo de desenvolvimento (FURTADO, 1952, p. 328).

Para explicar seu ponto de vista, Furtado trabalha com a relação entre o investimento e a renda nacional, que denomina “coeficiente de investimento” (*idem*, p. 330). Levando em conta os fatores de ordem psicológica – necessariamente diferente para o poupador e para o consumidor –, assume que “quando tem início o processo de desenvolvimento numa economia de livre-empresa, aquele que investe recebe um incentivo muito maior do que o consumidor” (FURTADO, 1952, p. 331), o que leva a um aumento da taxa de crescimento do produto. Nos países desenvolvidos, o processo teria ocorrido exatamente dessa forma, uma vez que a classe capitalista em ascensão, motivada pelo lucro, aumentou o investimento, mas permaneceu prisioneira dos velhos (e frugais) hábitos de consumo.

“Atualmente [no entanto] dá-se praticamente o inverso. Graças ao enorme poder dos meios de propaganda e comunicação o carro vai na frente dos bois e os

hábitos de consumo são os primeiros a se transformar”. A conclusão de Furtado é que “o desenvolvimento espontâneo dos países atualmente subdesenvolvidos se dá a uma taxa muito mais lenta do que se poderia esperar dadas as suas potencialidades econômicas e o nível do progresso técnico” (FURTADO, 1952, p. 333).

Na visão de Celso Furtado, a questão da “elevada” propensão a consumir das economias subdesenvolvidas não se esgota em si mesmo. Ao contrário, ela nos leva ao terceiro ponto examinado pelo autor, que é o seu efeito sobre o balanço de pagamentos, na medida em que isso afeta o investimento. E retornamos aqui à questão do conceito de produtividade a ser aplicado na orientação do investimento.

Para Furtado,

(...) numa economia altamente desenvolvida, em que os recursos naturais são mais ou menos conhecidos, a produtividade marginal é, aproximadamente, a mesma em todos os setores, sendo também aproximadamente iguais os salários para os mesmos graus de qualificação e de esforço; numa economia desse tipo, a produtividade social de um investimento se aproximaria de sua produtividade do ponto de vista da empresa, isto é, do rendimento do capital (FURTADO, 1952, p. 334-335).

Tal não ocorre, no entanto, nas economias subdesenvolvidas, em que há grandes disparidades no grau de utilização dos fatores de produção entre os vários setores. Neles, a produtividade social pode elevar-se pela simples transferência de fatores de produção (ou por novas combinações entre eles), sem que isso afete necessariamente a rentabilidade das empresas.

A consequência dessa constatação é que “o mecanismo de mercado não torna por si só possível a utilização ótima dos recursos” (FURTADO, 1952, p. 334). A taxa de desenvolvimento, portanto, pode ser aumentada, caso sejam eliminadas as impropriedades do mercado enquanto mecanismo regulador do progresso econômico e caso os investimentos sejam realizados de acordo com um plano coordenado e compreensivo.

A questão, no entanto, não se esgota aí. O desenvolvimento econômico, ao acarretar o aumento da renda real e a diversificação da demanda, em um contexto de elevada propensão a consumir, pode levar a um aumento das importações, com efeitos nefastos sobre o balanço de pagamentos. Furtado observa que a Cepal, em seus estudos, constatara que o desenvolvimento recente de países do continente havia sido acompanhado de uma tendência crônica ao desequilíbrio de suas contas externas. Para ele, o problema vai além das formulações de Nurkse e mesmo de Kahn,¹⁸ na medida em que “o curso dos acontecimentos é diferente nos países que se encontram em sua primeira fase de desenvolvimento” (FURTADO, 1952,

18. O texto que Furtado examina é de Kahn (1951).

p. 339), o que torna o modelo teórico usado por aqueles autores “lógico somente na superfície” (FURTADO, 1952, p. 338).

A questão central, para Furtado, é “como conciliar a propensão a aumentar as importações de um país, que é inerente ao seu desenvolvimento, com sua inabilidade para aumentar sua capacidade para importar?” (FURTADO, 1952, p. 339). A questão não é trivial e muitos economistas, cujo pensamento em matéria de teoria econômica adotou um corte mais convencional, optaram pela ideia de que esse desequilíbrio resultava de uma situação inflacionária, propondo políticas de estabilização ortodoxas.¹⁹ Para Furtado (1952, p. 340), ao contrário, a inflação tende a tornar-se “algo inseparável do processo de desenvolvimento”, não sendo, em hipótese alguma, nessas circunstâncias, um fenômeno monetário; qualquer tentativa de corrigi-la por meio da redução dos investimentos (mediante políticas monetárias contracionistas) não só não suprimiria os desequilíbrios como causaria outros efeitos indesejáveis.

Furtado nos diz que “o aspecto básico do problema (...) [é] que a oferta não pode aumentar e alterar sua composição automaticamente com a expansão e de acordo com a mudança de composição da demanda”. E completa: “Visto que as exportações (consideradas como um constante em relação ao comércio exterior) não aumentam *pari passu* com a demanda de importações, o processo de crescimento criará desequilíbrios que assumem a forma de uma produção interior excessiva e de um balanço de pagamentos desfavorável” (FURTADO, 1952, p. 339-340). Sua conclusão não poderia ser outra: “A correção desses desequilíbrios constitui processo lento e quase sempre doloroso” (FURTADO, 1952, p. 340).

Celso Furtado conclui seu ensaio com algumas observações sobre a questão da poupança em países subdesenvolvidos. Nesses países, não ocorrerá um processo de mobilização de poupanças, tal como ocorreu nos Estados Unidos e na Europa no século XIX; por isso, não se trata de “organizar o mercado de capitais”, como sempre propõe o pensamento conservador. O potencial de poupança existente teria que ser captado por alguma forma de poupança compulsória. Para Furtado, pelo menos nesse erro o professor Nurkse não incorreu.

4 AS PRIMEIRAS LIÇÕES DO MESTRE (À GUIA DE CONCLUSÃO)

Nesse momento em que completa 50 anos a publicação de *FEB*, investigar os caminhos que levaram Furtado à formulação de suas ideias centrais sobre a questão do desenvolvimento e sobre sua interpretação do país pode ter algum interesse. O

19. Tais economistas, que constituíram no Brasil, à época, a chamada escola monetarista, achavam que o desequilíbrio entre as importações e a capacidade para importar decorria de um desequilíbrio entre investimento e poupança.

texto que ora submetemos procura recuperar um ensaio de Celso Furtado, datado de 1952 e não muito conhecido, para se perguntar se suas ideias fundamentais sobre o Brasil e sobre as questões do desenvolvimento e do subdesenvolvimento já estavam completamente elaboradas naquele momento.

A resposta a essa questão não é simples. Sem dúvida, em relação a pelo menos três pontos axiais seu posicionamento já era claro e definido. O primeiro deles diz respeito ao papel do Estado – no duplo aspecto que a questão encerra: intervindo diretamente, como agente produtor de bens e serviços, e indiretamente, nas funções de planejamento e coordenação. Isso fica claro, por exemplo, na passagem citada há pouco em que Furtado defende a mobilização de recursos através de mecanismos de “poupança compulsória”. Esse, aliás, é um dos poucos momentos em que manifesta abertamente concordância com os pontos de vista de Nurkse.

Diz-nos Furtado que “a contribuição mais importante do Professor Nurkse em suas conferências talvez seja o modo com que relaciona a política fiscal com a poupança dos países subdesenvolvidos”. Afirmar também que está implícita, nas conferências do professor Nurkse, “a ideia de que deve ser atribuído o papel principal do desenvolvimento econômico na atualidade à política fiscal”. E ressalta que esse é “o problema central do desenvolvimento econômico na atualidade”, embora “seja ainda mal compreendido”. E conclui: “Em vista dos poderosos estímulos ao consumo, postos em prática pelas economias mais avançadas, como tão lucidamente explica o Professor Nurkse, torna-se extremamente difícil para nossa economia, em sua presente fase de desenvolvimento, alcançar espontaneamente um elevado nível de poupança” (FURTADO, 1952, p. 340).

As questões relativas ao papel do Estado e ao processo de planejamento, no entanto, vão além de observações tópicas e esparsas. Elas estão na própria concepção do artigo, já que desde as primeiras linhas Furtado assume a defesa da coordenação como elemento central de política pública. Inicialmente, como ocorreu nos países desenvolvidos, pela necessidade de se contrapor às oscilações do ciclo econômico. Diz ele que “à proporção que se foi vendo mais claro dentro desse mecanismo [do ciclo], a política anticíclica foi evoluindo de medidas elementares de caráter monetário para uma ação coordenada sobre os elementos dinâmicos do sistema econômico”. E isso se faz através do planejamento econômico: “(...) a determinação de objetivos a serem alcançados, em função do tempo, por determinados setores da atividade econômica, aos quais se atribui um papel dinâmico”. Ao fazer esse movimento, surgiu a necessidade de uma formulação teórica que desse conta do “processo geral do desenvolvimento econômico” (FURTADO, 1952, p. 316), e não apenas das flutuações do nível de emprego.

Essa questão perpassa todo o texto. Quando fala do “empresário inovador” schumpeteriano, por exemplo, como elemento dinâmico do processo de mudança econômica, e se pergunta por que tal fenômeno ocorreu na Europa, recusa uma teoria que constrói modelos abstratos sem substância histórica, pois, na ausência dos elementos que levaram ao surgimento dessa classe na Europa, estaríamos condenados ao subdesenvolvimento?

Igualmente, quando discute a propensão a consumir, mostra que o comportamento autônomo dessa variável, que tende a seguir os padrões dos países mais desenvolvidos, leva à conclusão de que “o processo de desenvolvimento dos países atualmente subdesenvolvidos não pode alcançar espontaneamente seu ritmo ótimo” (FURTADO, 1952, p. 328). É assim a dinâmica das economias centrais que acaba sobredeterminando o movimento das economias periféricas.

Celso Furtado, portanto, formula com absoluta e cristalina lucidez a ideia de que os mecanismos de mercado, por si só, sejam incapazes de romper com o círculo vicioso do atraso e do subdesenvolvimento. A ação do Estado no domínio econômico é uma exigência inevitável para superar as restrições que a dinâmica espontânea dos mercados impõe.

O segundo ponto axial do pensamento de Furtado, também presente no texto examinado, diz respeito à prioridade concedida à questão do desenvolvimento em relação às políticas monetária e fiscal. Vimos, há poucas linhas atrás, sua crítica aos economistas que, face aos desequilíbrios de balanço de pagamentos, defendiam políticas de estabilização ortodoxas, convencidos de que estaríamos diante de uma inflação de demanda. A consequência da adoção dessas políticas não poderia ser outra que não a de paralisar o desenvolvimento. E mais: ao restringir o crédito e alimentar a contração do nível de atividades, tais políticas acabariam por agravar os problemas estruturais e reforçar a própria tendência inflacionária. Para Furtado – e nesse ponto ele vai além do que Prebisch havia escrito até então –, a inflação é de natureza estrutural e, inclusive, organicamente ligada ao processo de desenvolvimento econômico. Sua observação, referida há pouco, de que a correção dos desequilíbrios constituiria processo lento e doloroso (FURTADO, 1952, p. 340), justifica-se pois, para ele, sem expansão e diversificação da oferta, não haveria solução nem para o problema do desenvolvimento, nem para o problema da inflação.

O terceiro eixo em que estão avançadas as formulações furtadianas diz respeito à especificidade do caso brasileiro. Já na seção do *Estudio Económico de América Latina*, de 1949, destinada ao Brasil (que, como dissemos, foi elaborada por Celso Furtado), antecipa sua posição: “O Brasil é talvez o país

latino-americano onde são encontradas as mais claras manifestações de fenômenos dinâmicos de um sistema econômico em pleno desenvolvimento” (*op. cit.* BIELSCHOWSKY, 1988, p. 166).

Aliás, toda a sua crítica a Nurkse sobre o conceito de desenvolvimento econômico é uma preparação (e uma fundamentação) para essa ideia. Recordemos o argumento, já mencionado em suas observações a respeito do trabalho de Schumpeter sobre o tema: enquanto Schumpeter, examinando as mudanças nas economias capitalistas centrais, dá ênfase às inovações nos processos produtivos promovidas pelo capitalista empreendedor, Furtado destaca que isso é impossível em economias periféricas de base capitalista frágil. Repetindo – o círculo vicioso do atraso, para ele, “quase sempre é quebrado pela ação de fatores externos (...). O impulso inicial (...) veio historicamente de fora da comunidade” (FURTADO, 1952, p. 324).

Retomemos o ponto. Para Furtado, “o estabelecimento de uma corrente de intercâmbio externo cria para uma economia de baixos níveis de produtividade a possibilidade de iniciar um processo de desenvolvimento sem prévia acumulação de capital” (*idem, ibidem*). Ao se integrar ao mercado mundial, uma economia subdesenvolvida pode aumentar sua produtividade sem aumentar a disponibilidade de capital:

Ao obter maior quantidade de bens do que seria possível caso utilizasse apenas para o mercado interno seus fatores de produção, a economia terá aumentado sua produtividade. O aumento da renda real, assim obtido, poderá constituir a margem necessária que possibilitará o início do processo de acumulação de capital (FURTADO, 1952, p. 324-325).

Mas as observações de Furtado não param aí. Na continuação do trecho citado, ele afirma:

Essa simples indicação deste problema põe em evidência a grande importância que tem para os países subdesenvolvidos a expansão do mercado mundial. Considerem-se, por exemplo, os grandes transtornos que para a economia dos países subdesenvolvidos trouxe a contração persistente do comércio mundial, que se seguiu à grande crise. Muitos dos países de mais baixo nível de desenvolvimento, que haviam iniciado um processo de crescimento antes da crise estimulado pelo intercâmbio externo, perderam nos dois últimos decênios, sob a pressão do crescimento demográfico, parte do aumento de produtividade que haviam logrado (...). Se o impulso externo sofre solução de continuidade quando ainda é muito baixo o nível médio de produtividade, é provável que o processo de desenvolvimento se interrompa (FURTADO, 1952, p. 325).

Furtado tinha em mente grande parte dos países de desenvolvimento periférico, onde os efeitos da Grande Depressão de 1929 levaram-nos a processos de des-

continuidade do crescimento. Mas há um outro caso – e esse, para ele, é certamente o do Brasil: “(...) se a economia consegue atingir certos níveis de produtividade que permitem uma formação líquida de capital de alguma monta, a importância relativa dos impulsos externos no processo de crescimento tenderá a diminuir” (FURTADO, 1952, p. 325). Tanto é assim que essas observações metodológicas retornarão em 1954, em seu livro *A Economia Brasileira – Contribuição à Análise do seu Desenvolvimento*,²⁰ e também em *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, cuja primeira edição é de 1961.

A base teórica em que se apoia Furtado, aqui, vai além dos textos anteriores da Cepal; trata-se, na verdade, de uma aplicação original e peculiar das ideias de Keynes, que será retomada em *FEB*. Em sua obra mais importante, nas palavras de Francisco de Oliveira, “um engenhoso esquema keynesiano explica como, *queimando o café*, o governo brasileiro, sob Vargas, mantinha os níveis da renda interna, e, ao mantê-los, preparava a transição da industrialização”. E continua, esclarecendo que a industrialização

(...) aparece como o resultado convergente de dois processos: a manutenção dos níveis de renda interno e a crise de divisas fortes que, impedindo a importação de bens manufaturados, funcionava como uma espécie de barreira alfandegária que protegia os nascentes (ou em ampliação) ramos industriais que substituíam as importações na oferta interna (OLIVEIRA, 1983, p. 13).

Mas isso só foi possível porque, como vimos no parágrafo anterior, o processo de acumulação de capital já atingira um estágio que lhe permitia iniciar a transição do desenvolvimento para fora ao desenvolvimento para dentro.

Há, porém, um ponto sobre o qual a posição de Furtado não é tão clara e que diz respeito ao próprio conceito de subdesenvolvimento: seria o subdesenvolvimento uma etapa no processo de desenvolvimento econômico ou, ao contrário, seria uma estrutura resultante da prevalência na economia mundial do esquema centro-periferia?

O “esquema centro-periferia” é um conceito-chave – formulado originariamente por Prebisch, ao final dos anos 1940 e desenvolvido pelos demais autores da chamada “escola estruturalista” da qual Furtado foi um dos principais autores. Trata-se de uma ferramenta indispensável para toda a construção teórica dessa escola de pensamento de que a divisão internacional do trabalho cria uma disparidade crescente entre centro e periferia. Só a partir daí é que se pode entender por que a difusão do progresso técnico na economia mundial, bem como a distribuição

20. Bielschowsky (1988, p. 170) considera esse livro a “edição preliminar” de *FEB*.

de seus ganhos, se dá de maneira desigual. Ela se completa com a constatação do processo de deterioração dos termos de troca, pela qual se verifica que não há apenas transferência dos ganhos de produtividade para a periferia através do comércio internacional, como, ao contrário, o que ocorre é uma transferência dos ganhos de produtividade obtidos pela periferia para o centro. A consequência analítica dessa proposição é que centro e periferia (ou, se quisermos, países desenvolvidos e países subdesenvolvidos) são elementos polares de uma estrutura.

Por certo o compartilhamento (e a coautoria) de ideias entre Furtado e os demais economistas da Cepal é grande; por certo, também (e já mencionamos isso), em muitas questões Celso Furtado tem uma contribuição própria e original sobre os problemas do continente – tornado-se certamente um cientista social de dimensões maiores que todos os seus contemporâneos. Mas, em relação à questão que ora examinamos, o texto de 1952, ainda contém uma dose de ambiguidade. A visão renovadora da Cepal está presente em várias passagens, particularmente na seção intitulada *O Processo de Desenvolvimento* (FURTADO, 1952, p. 321 e seg.). Mas há outras em que a ideia de que o subdesenvolvimento é uma fase pode ser percebida.

A teoria econômica ainda teria que esperar alguns anos para poder ler que “o subdesenvolvimento não constitui uma etapa necessária do processo de formação das economias capitalistas modernas. É, em si, um processo particular, resultante da penetração de empresas capitalistas modernas em estruturas arcaicas” (FURTADO, 1965, p. 184).

Cinquenta anos se passaram desde que as principais formulações de Celso Furtado viram a luz do dia. Muita água passou por debaixo da ponte, novas realidades e processos se constituíram sob o capitalismo, novas relações de poder entre Estados foram estabelecidas. Mas, igualmente, muitos dos problemas que ele colocou continuam não sem resposta, mas sem solução.

Até quando?

REFERÊNCIAS

- BARAN, P. A economia política do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.
- BIELSCHOWSKY, R. Pensamento econômico brasileiro – o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes, 1988.
- Bruton, H. J. Contemporary theorizing on economic growth. In: HOSELITZ, B. F. (Org.). Theories of economic growth. New York: The Free Press, 1960.
- DOMAR, E. Capital expansion, rate of growth and employment. *Econometrica*, v. 14, 1946.

- FAJNZYLBER, F. Dinamica industrial em las economias avanzadas y em los paises semi-industrializados. 2. versão, 1981. Mimeografado.
- FLEMING, J. M. As economias externas e a doutrina do desenvolvimento equilibrado. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Org.). A economia do subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Forense, 1969. [O original foi publicado no *Economic Journal*, em junho de 1955.]
- FURTADO, C. Características gerais da economia brasileira. *Revista Brasileira de Economia*, v. 4, n. 1, mar. 1950.
- _____. Formação de capital e desenvolvimento econômico. *Revista Brasileira de Economia*, v. 6, n. 3, set. 1952. [Texto traduzido para o Inglês e publicado no *International Economic Papers*, da Associação Internacional de Economia; também republicado em AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Org.), op. cit.]
- _____. A economia brasileira – contribuição à análise do seu desenvolvimento. Rio de Janeiro: A Noite, 1954.
- _____. Formação econômica do Brasil, 5. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.
- _____. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965.
- HARROD, R. F. An essay in dynamic theory. *Economic Journal*, v. 49, 1939.
- _____. Towards a dynamic economics. Cambridge: Macmillan Publishers, 1948.
- HIRSCHMAN, A. O. The strategy of economic development. New Haven: Yale University Press, 1958. [Tradução brasileira: *Estratégia do desenvolvimento*, Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1960.]
- _____. Desenvolvimento por efeitos em cadeia – uma abordagem generalizada. *Estudos Cebrap*, n. 18, out./nov./dez. 1976.
- HYMER, S. H. International politics and international economics – an international approach. 1973. Mimeografado.
- _____. Empresas multinacionais – a internacionalização do capital. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- _____. The multinational corporation – a radical approach. Cambridge University Press, 1979.
- HYMER, S.; ROWTHORN, R. Multinational corporations and international oligopoly – the non-American challenge. In: KINDLEBERGER, C. P. The international corporation. Cambridge: MIT Press, 1970.
- KAHN, A. E. Investment criteria in development programs. *The Quarterly Journal of Economics*, Feb. 1951.
- KALDOR, N. Causes of the slow rate of economic of the United Kingdom. Cambridge: Cambridge University Press, 1966.
- MALTA, M. M. de. A teoria da acumulação de James Steuart – controvérsias no contexto da economia política clássica. 2005. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, ago. 2005.

- MARX, K. O capital – crítica da economia política. 18. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- MILL, J. S. Essays in some unsettled questions of political economy. 1. ed. 1844.
- NURKSE, R. Problemas de formação de capital em países subdesenvolvidos. Revista Brasileira de Economia, v. 5, n. 4, dez. 1951.
- OLIVEIRA, F. A navegação venturosa. In: OLIVEIRA, F. de (Org.). Celso Furtado – economia. São Paulo: Ática, 1983.
- ROSENSTEIN-RODAN, P. N. Problems of industrialization of Eastern and South-Eastern Europe. Economic Journal, Jan./Sept. 1943. [Tradução brasileira: Problemas de industrialização da Europa oriental e sul-oriental. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Org.). op. cit.]
- _____. Notas sobre a teoria do grande impulso. In: ELLIS, H.; WALLICH, H. Desenvolvimento econômico para a América Latina. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- SAMUELSON, P. International trade and equalization of factor prices. Economic Journal, June 1948.
- _____. International factor-price equalization once again. Economic Journal, June 1949.
- SCHUMPETER, J. A. Teoria do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- SEN, A. (Org.). Growth economics. Introduction. Middlesex: Penguin Books, 1970.
- SVENNILSON, I. Growth and stagnation in the European economy. Genebra: Comissão Econômica para a Europa, 1954.
- TEIXEIRA, A. O movimento da industrialização nas economias capitalistas centrais no pós-guerra. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 1983 (Texto para Discussão, n. 25).
- VINNER, J. A economia do desenvolvimento. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Org.). A economia do subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Forense, 1969.